

Parlamentarismo foi para o espaço

Defensores do sistema fazem a constatação e culpam a demora

JULIO ALCANTARA

Está completamente descartada a implantação do regime parlamentarista de governo no dia 15 de março do próximo ano, como prevê o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Com o impasse em torno do regimento interno, a Constituinte deverá prolongar-se até abril ou maio de 88, inviabilizando definitivamente a tese do parlamentarismo-já.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e um dos coordenadores do movimento parlamentarista, admitiu ontem que o atraso nos trabalhos constituintes favorece o adiamento do novo regime de governo para após o término do mandato do presidente José Sarney. Na opinião dele, asseguradas as eleições presidenciais no próximo ano, não faria sentido implantar o sistema de gabinete nos meses finais do atual governo. Até porque, sendo defensor do presidencialismo, Sarney poderia trabalhar contra o parlamentarismo justamente na delicada fase inicial de instalação do regime.

Para o senador José Fogaca (PMDB-RS), o parlamentarismo, nos termos aprovados pela Sistematização, "já era". A seu ver, os defensores deste regime não devem adotar uma estratégia rígida, insistindo na te-

se da implantação imediata, mas comportarem-se de modo flexível tendo em vista a dinâmica do processo político.

Há seis meses, o parlamentarismo-já era praticamente certo. Agora, nem mesmo o regimento interno da Constituinte está definido", lembrou o parlamentar gaúcho, ao recomendar que a estratégia do movimento incluía outras alternativas, como a implantação após-Sarney ou a receita gradualista.

Na opinião dele, há vários fatores que podem influir na definição do regime de governo. Relacionou a crise interna da Constituinte, a data da eleição presidencial (que, a seu ver, também está comprometida pelo atraso nos trabalhos da Assembléia), a estabilidade do governo Sarney, o caráter da campanha presidencial e a nova composição partidária que emergirá da Constituinte.

Fogaca vai mais longe, ao afirmar que o atual impasse em torno do regimento interno pode inviabilizar a própria Constituinte, que estaria sofrendo um processo de desmoralização de "consequências imprevisíveis". Ele não exclui sequer a hipótese de um golpe contra as instituições.

Richa: gabinete estabiliza

Campo Grande — O senador José Richa (MPDB/PR), defendeu no Congresso da UPI, em Campo Grande, a celebração do pacto político para superar as divergências ideológicas e até pessoais, antes de buscar um pacto social. Richa é da opinião que os políticos devem se entender primeiro. E o caminho desta estratégia defendida pelo senador é chegar a implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil.

"No regime presidencialista, argumentou Richa, é praticamente impossível fazer qualquer tipo de estratégia para dar o mínimo de respaldo político ao atual Governo e ajudar o País sair da crise. O senador paranaense lembrou da tentativa de se celebrar, o pacto político no princípio do ano. Viu dificuldade para este acordo, por se estar num período de transição e por ser o presidente Sarney, um político experiente, íntegro e bom, o pacto não vingou. Enquanto isso, o País mergulha na sua maior crise econômica da história republicana.

E para mudar o rumo do Brasil, tem de começar mudando o

regime de governo", opinou Richa. No presidencialismo, disse ele "não haverá condição de superar a crise e, acabar o com o fisiologismo excessos, e vícios, já enraizados desde a implantação do presidencialismo".

Richa observou na história política brasileira, que a principal causa dos golpes e rupturas era a crise entre o Executivo e o Legislativo. E garantiu que no sistema parlamentarista este tipo de problema não vai existir. Observou ainda que se o então presidente João Goulart tivesse coragem de sustentar o parlamentarismo, "o Brasil não estaria atravessando todos esses problemas". Lembrou, também, que foi o período parlamentarista, do Império, que trouxe maior estabilidade ao País, contestando declarações do governador Marcelo Miranda, de que este regime não representa avanços.

Ao concluir, o senador José Richa assegurou que o parlamentarismo não é incompatível com o federalismo. E deu exemplos de vários países que adotam o sistema, destacando-se a Índia.

Miranda rebate críticas

Campo Grande — O governador Marcelo Miranda voltou a defender o presidencialismo como melhor forma de governo

do século XVIII, como produto das resoluções francesa e americana, enquanto o parlamentarismo nasceu na velha Inglaterra.

para o Brasil e condenou a argumentação do parlamentarismo ser a solução de todos os problemas do País. Marcelo fez este discurso no congresso da União Parlamentarista Interestadual (UPI), quando manifestou também sua preocupação com os trabalhos da Constituinte, sobretudo na elevação da questão do mandato presidencial e do regime de governo no principal ponto de debate desde o começo das suas atividades. Na sua opinião, isso poderia desviar a atenção das questões fundamentais que a Constituinte deveria enfrentar e resolver.

Alegam os parlamentaristas, disse Marcelo, "que, sendo fonte de todas as crises da fase republicana, o presidencialismo já se esgotou e, por isso, o País tem de experimentar um outro regime de governo. "Nem de longe posso compartilhar dessa idéia", rebateu o governador, por estar convencido de que a fonte de todas "as nossas dificuldades históricas reside num modelo econômico-social anacrônico, engendrado ao longo de séculos, que emascula nossa autonomia de decisão, sangra nossa economia, estereliza nossas riquezas, concentra o poder econômico e exclui dos feitos do progresso a ampla maioria do nosso povo".

Marcelo está de acordo que tenha se esgotado um tipo de presidencialismo imperial, concentrador, desenvolvido à imagem e semelhança desse modelo econômico. Para o governador, enquanto persistirem "essa estrutura econômico-social caduca, as crises, os retrocessos, rondarão nossa Pátria, independentemente do regime de governo".

O argumento de que com a adoção do parlamentarismo, o Brasil ingressaria na modernidade e se nivelaria às "avançadas" democracias européias, também foi contestado por Marcelo. Para ele, dizer que o parlamentarismo é mais moderno que o presidencialismo é, no mínimo, uma incorreção histórica.

Lembrou o governador que o presidencialismo nasceu no fim

terra, no século XVII.

Para Marcelo, pior ainda foi o parlamentarismo, que permitiu a preservação, em pleno século XX, "desse resquício medieval que é a monarquia". Não foi por outra razão, se lembrou o governador, que as mudanças nos países que adotaram o regime de gabinete ocorreram de forma mais lenta.

O parlamentarismo, o federalismo, mandato presidencial e, sobretudo, os pontos básicos para elaboração das Constituintes estaduais foram questões que marcaram o Congresso Brasileiro da União Parlamentar Interestadual — UPI — e IV Encontro Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas — ENDAL.

O congresso foi aberto dia 10, pelo deputado Jonatan Barbosa, presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, com pronunciamento de boas vindas às autoridades e destaque da importância das atividades parlamentares para o desenvolvimento do Brasil. "Conhecendo as nossas prerrogativas e limitações, procuramos fazer das prerrogativas o escudo necessário, a proteção dos interesses do povo, enquanto nas limitações, buscamos a força que nos anima na busca de soluções que todos estão a esperar", afirmou Jonatan no seu discurso.

O presidente do Legislativo pregou, ainda, a paz, a concórdia, a conciliação, entendendo a grandeza do momento em que vive a Nação e "sem abdicarmos de nosso legítimo e inalterável direito de crítica, juntemos nossas mãos, somemos nossos esforços, redobremos nossas forças, no sentido de oferecermos ao País, através deste congresso e do VI Encontro Nacional da Andal, um exemplo de união e coesão, em torno das soluções dos magnos problemas de nossa terra, conferindo-nos ao fortalecimento cada vez maior da UPI, em todo o território nacional, porque a grandeza de nossas posições há de inspirar o respeito e admiração de nossos coestaduanos", concluiu Jonatan.

PL quer eleições e presidencialismo

A posição do Partido Liberal na Assembléia Nacional Constituinte foi explicitada em nota divulgada ontem assinada pelo seu líder, deputado Adolfo de Oliveira (RJ). Dentre outras coisas, o PL é a favor de eleições, em todo os níveis, em 88, e do sistema presidencialista de governo.

A nota começa dizendo que o partido não tem qualquer compromisso com o governo nem com o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A seguir explica que integran-

tes do PL subscreveram o substitutivo do Centrão apenas por ver nele um instrumento capaz de impedir a aprovação de dispositivos inaceitáveis para eles no projeto de constituição.

O PL não vê solução para a crise brasileira fora de eleições gerais, que permitam ao povo renovar suas lideranças. "Nova Constituição, Novo País, novos líderes".

"A crise econômica" diz a nota, "só se resolverá com uma ampla liberalização da economia brasileira".